

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

História e memória: a complexidade de uma relação

Aldo Nelson Bona*

Resumo: este texto trata das relações entre história e memória dividindo a abordagem em três momentos. No primeiro deles, apresentam-se algumas considerações de Edgar Morin sobre a necessidade de um pensamento complexo. O segundo momento procura fazer uma descrição sumária do caminho percorrido da fusão à radical oposição entre história e memória e o terceiro momento dedica-se a apresentar reflexões problematizadoras dessa relação, centradas em Paul Ricoeur.

Palavras-chave: história, memória, complexidade.

Résumé: ce texte est sur les relations entre l'histoire e la mémoire, approche segmenté en trois moments. D'abord, ce sont présentés quelques commentaires de Edgar Morin sur l'impératif du pensée complexe. Depuis, on recherche faire une description résumé du parcours entre la fusion e la radical affrontement ter l'histoire e la mémoire. E pour terminer, ce sont présentés problématiques sur cette rapport, centralisés en Paul Ricoeur.

Mots clés: histoire, mémoire, complexité.

Sobre o pensamento complexo.

Na epígrafe da terceira parte do livro “Ciência com consciência” Edgar Morin escreve: “a simplificação é a barbárie do pensamento; a complexidade é a civilização das idéias”. (MORIN, 1982:203) Conhecido como o pensador da complexidade, Morin assume uma postura de questionamento da forma muitas vezes simplificadora com a qual o pensamento ocidental trata a realidade, concebendo as coisas em sua causalidade linear, distinguindo-as e separando-as para facilitar a sua compreensão.

* Mestre em Educação e professor na Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná.

Para além da simplificação, Morin insiste na necessidade de se conceber as coisas em suas complexas relações. Na contramão do modelo teórico firmado pela ciência moderna que ensina a separar para conhecer o real, ele defende o pensamento complexo, recuperando a dinâmica do todo e das partes, proposta por Pascal: só podemos conhecer as partes se conhecermos o todo em que se situam, e só podemos conhecer o todo se conhecermos as partes que o compõem. Assim, contextualizar, colocar em relação com o todo, é um imperativo do pensamento complexo. O pensamento complexo deve sempre ligar e não separar. Fomos ensinados a pensar com a idéia da causalidade linear e da necessidade; privilegamos o pensamento que separa. Precisamos pensar com a idéia de circularidade e, assim, poderemos compreender melhor os problemas humanos.

É necessário “complementar o pensamento que separa com outro que une”. (MORIN, 2003:25) O pensamento complexo busca distinguir (mas não separar) e ligar. Ele ensina a conviver e a tratar a incerteza, propiciando superar a obsessão pela certeza da causalidade linear. É um pensamento que considera o ir e vir constante da certeza e da incerteza; do separável e do inseparável. Enquanto o pensamento simplificador ensina a separar e a reduzir, o pensamento complexo ensina a unir, a contextualizar, a globalizar, mas reconhecendo o singular, o individual e o concreto. Por outras palavras, o pensamento complexo insiste em conceber a realidade como um todo, compreendendo as relações intrincadas entre as partes e a totalidade, superando a simplificação das idéias claras e distintas, que constituem a obsessão do pensamento científico moderno.

Memória e história: da fusão à radical oposição.

Em que medida as questões apresentadas sobre o pensamento complexo podem servir para pensar as relações entre memória e história? Ao que parece, esses termos foram, durante longo tempo, concebidos de maneira simplificadora, quer entendidos como sinônimos, quer entendidos como radicalmente opostos. O pensamento que não vê senão fusão total entre conceitos e aquele que, por outro lado, não vê senão oposição entre eles, ignorando qualquer perspectiva de complementaridade, é simplificador; não se insere no âmbito da complexidade.

Nosso intuito é mostrar como que, num primeiro momento, memória e história significavam uma única e mesma coisa, para, depois, serem postos em radical oposição.

De acordo com François Dosse, “durante muito tempo, a história foi identificada à memória”. (DOSSE, 2003:261) Também Nora aponta para o fato de que durante muito tempo

a história não foi mais do que uma fusão com a memória. “Desde os cronistas da Idade Média até os historiadores contemporâneos da história ‘total’, toda tradição histórica desenvolveu-se como exercício regulado da memória e seu aprofundamento espontâneo...”. (NORA, 1993:10)

Desde fins da Idade Média as formas de produção da história na França reforçam a vinculação entre história e memória, tanto a partir da constituição da história dos mosteiros, como da história como instrumento de legitimação do Estado. No contexto de construção do Estado Monárquico “A função do historiador oficializa-se, a memória faz-se história, um processo de recuperação em torno do esquema nacional”. (DOSSE, 2003:265)

A fusão total entre memória e história passa a ser questionada, na França, na visão de Nora, a partir do início de uma história da história, isto é, a partir do despertar de uma consciência historiográfica. A história da história “traduz a subversão interior de uma história-memória por uma história crítica...” (NORA, 1993:10) quando a história se descobre como vítima da memória e procura livrar-se dela. A entrada da história em sua idade historiográfica leva à ruptura com a tradição e com a memória.

Entretanto, podemos identificar um conjunto de fatores e de discussões teóricas que vão produzindo, gradativamente, um novo arcabouço teórico a partir do qual a (con) fusão entre esses conceitos passa a ser questionada.

As reflexões de Bergson, ao publicar “Matéria e Memória”, em 1896, distinguindo duas memórias, a memória hábito e a memória pura, constituem um ponto de referência para a posterior separação entre memória e história. Ele não concorda com a concepção da estreita ligação entre o cérebro e os fenômenos de consciência.

No rumo das discussões sobre a memória no campo das ciências sociais, Maurice Halbwachs procura delimitar um objeto memorial específico à essas ciências, distinguindo radicalmente história e memória. Sua obra “A memória coletiva” é dedicada a discutir a distinção entre memória individual e memória coletiva. Entretanto, há um capítulo dedicado à distinção entre memória coletiva e memória histórica, cuja abordagem promove uma radical oposição entre ambas. Enquanto a memória situa-se do lado das afeições, do vivido, a história insere-se no domínio da problematização, da crítica conceitual. A história é um saber abstrato, referindo-se à uma temporalidade exterior, indispensável para a constituição de um saber que se situe fora da dimensão do vivido. Nas palavras de Halbwachs, “é porque geralmente a história começa somente no ponto onde acaba a tradição, momento em que se apaga ou se decompõe a memória social”. (HALBWACHS, 2004:85)

Cumprir lembrar que Maurice Halbwachs é um sociólogo durkheimniano e, como tal, de orientação positivista. A obsessão pela objetividade do conhecimento é presença

marcante em sua concepção da história. Como o processo de constituição da memória é profundamente marcado pelo sujeito, isto é, não há memória que nos seja totalmente exterior, isenta das marcas do sujeito que a produz, essa subjetividade da memória a desqualifica totalmente como objeto da história.

É dessa oposição radical que parte Pierre Nora, para quem a aceleração da história provoca a destruição da memória. Para ele, o fenômeno da aceleração fez ver a distância existente entre memória e história. A difusão da mídia na sociedade contemporânea promove “a substituição de uma memória voltada para a herança de sua própria intimidade pela película efêmera da atualidade”, (NORA, 1993:8) devido ao fato de que os homens vão entendendo, cada vez mais, como seu, um poder e até mesmo um dever de mudança. Aceleração e mudança fazem ver que entre história e memória tudo se opõe.

“Memória, história: longe de serem sinônimos, tomamos consciência que tudo se opõe uma à outra”. (NORA, 1993:9) Enquanto a memória vincula-se ao vivido, estando em permanente evolução, ligada à lembrança e ao esquecimento e passível de manipulações, “a história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais”. (NORA, 1993:10) Enquanto a primeira liga-se ao presente, a segunda é a representação do passado. Enquanto a memória é afetiva e mágica, a história é uma operação intelectual crítica e laicizante. Enquanto a memória pertence a grupos e, por isso, há várias memórias, a história pertence a todos e a ninguém, o que a inclina para o universal, exigência de um conhecimento científico. A postura crítica do historiador deve sempre suspeitar da memória, desejando destruí-la e a repelir.

História e memória: interrelação complexa

Um conjunto relativamente recente de mudanças nas concepções epistemológicas constitui o novo cenário para se repensar as relações entre história e memória. Talvez a mais significativa delas seja a revisão na pretensão de cientificidade do conhecimento histórico, quando “... o caráter abstrato, conceitual da história transformou-se à ponto de renunciar a pretensão de tornar-se uma física social cortada pelo vivido”. (DOSSE, 2003:283) Tal revisão encontra-se ligada ao retorno da filosofia do sujeito, que rejeita os ideais de objetivismo e de determinismo, lançando as bases de novos fundamentos intelectuais que concedem primazia à ação intencional e intersubjetiva, dotada de sentido. Nesse contexto multiplicam-se os estudos sobre a memória coletiva, favorecendo a sua abordagem crítica e tornando falso o dilema da

escolha entre uma história fundada no contrato de verdade e uma memória alimentada na veia da fidelidade.

Na visão de Dosse, os recentes estudos sobre a nova história social da memória demonstram que a oposição entre história e memória não é pertinente, pois que há uma interpenetração desses campos. De uma fusão total entre história e memória, praticada pelo Estado Nacional, passando por uma radical oposição entre ambas, passa-se à discussão mais problematizadora da relação entre elas, procurando entendê-la em sua complexidade. Como afirma Dosse, “Entre história e memória, o fosso não está eliminado. Deve-se evitar o impasse ao qual uma grande separação conduz, mas também a fusão dessas duas dimensões”. (DOSSE, 2003:286)

Como o historiador deve tratar, então, essa relação? Tanto Dosse como Ricoeur buscam na prática psicanalítica alguns elementos para pensá-la. De acordo com a psicanálise, o paciente permite traçar o seu perfil a partir das descontinuidades e das incoerências reveladas pelo inconsciente. E isso ele o faz por duas mediações: a mediação do psicanalista, um terceiro que faz falar, e a mediação da própria linguagem do paciente, que, de alguma forma, é a de sua comunidade. Tais mediações garantem um suporte social ao relato. O paciente expressa, portanto, a internalização de uma memória coletiva que perpassa sua memória pessoal. Trata-se, assim, de uma memória que se origina em um campo ao mesmo tempo público e privado, isto é, uma memória partilhada.

A psicanálise ensina, também, ao historiador, a importância de se considerar a memória ferida de grupos ou de pessoas que tendem a recalcar os traumatismos e sofrimentos. É na esteira desse ensinamento que se pode ter em conta as reflexões de Michael Pollak (Cf. POLLAK, 1989:3-15) sobre o esquecimento e o silêncio e as do próprio Paul Ricoeur (Cf. RICOEUR, 2003) que elege, para um de seus últimos escritos, o tema do esquecimento, colocando-o no mesmo patamar e no mesmo grau de importância que os temas da memória e da história.

A memória, individual e coletiva, instrumento maior do vínculo social, espera que o historiador lhe devolva o sentido, à maneira da psicanálise. Há um forte vínculo entre história e memória, uma vez que o presente, apesar das descontinuidades, é afetado pelo passado, sobre o qual a memória é ponto de referência.

Mais do que simples objeto da história, a memória parece ser uma de suas matrizes. Para Paul Ricoeur, a memória permanece, em última instância, a única guardiã de algo que efetivamente ocorreu no tempo. Resta saber, no entanto, como se opera a articulação entre história e memória, visto que suas pretensões (a da história sendo a vigilância crítica e a

da memória sendo a fidelidade ao passado) parecem antagônicas. Para Ricoeur, a defesa de uma memória “esclarecida pela historiografia” e a de uma história capaz de reanimar a memória, ou seja, a busca da “política da justa memória”, (RICOEUR, 2003:13) é um desafio para a historiografia na atualidade.

Ricoeur é um pensador que tem como marca a postura de mediar posições antagônicas, mostrando a incompletude de cada teoria isolada e evidenciando seu complemento na teoria conflitante. Ele sempre propõe uma reflexão que permita articular os antagonismos, distinguindo, mas não separando. Seu pensamento busca unir e promover as articulações entre realidades e conceitos tidos, quase sempre, como antagônicos. Em “A memória, a história, o esquecimento” Ricoeur propõe uma conciliação de corte fenomenológico entre memória e história. Seu intuito é firmar que entre elas não existe uma relação de subordinação, mas uma relação dialética, ou dialógica. Seu objetivo é estabelecer uma “política da justa memória”, a partir de uma historiografia crítica, que é a terapia para a patologia dos abusos da memória.

Partindo do entendimento de que não temos outro recurso melhor do que a memória para nos referirmos ao passado, Ricoeur procura abordá-la não a partir de suas deficiências, de suas disfunções, mas a partir de seus aspectos positivos. A memória vincula-se à uma ambição, à uma pretensão: ser fiel ao passado. Não há nada melhor do que ela para nos referirmos ao passado e “O testemunho constitui a estrutura fundamental de transição entre a memória e a história”. (RICOEUR, 2003:41) Há uma exigência de verdade sobre as coisas passadas e essa exigência requer a retomada da memória com sua magnitude cognitiva. “Chamemos fidelidade a essa exigência de verdade”. (RICOEUR, 2003:80)

Inspirado na análise psicanalítica, Ricoeur vai entender que compete à história o exercício regulado da memória, contendo seus abusos. Poderíamos dizer que, para ele, como já apontado acima, a história cumpriria, ao nível social, o que a psicologia cumpre ao nível individual: permitir superar as patologias da memória e da dor. A narrativa histórica seria a crítica que permitiria desmascarar os falsos testemunhos e os demais abusos da memória. História e memória são parceiras na representação do passado e é uma tarefa ética do historiador o uso correto e regulado da memória, evitando e denunciando seus abusos.

É quando trata da epistemologia do conhecimento histórico, na segunda parte de “A memória, a história, o esquecimento”, que Ricoeur enfrenta mais diretamente a questão da relação entre história e memória, buscando situar em que medida essa relação pode ser concebida de forma complexa, vendo interrelações e complementaridade, onde só se via fusão ou exclusão. O intuito dessa abordagem é conferir à história a sua plena autonomia como

ciência humana, pela confrontação entre o objetivo de verdade da história e o objetivo de veracidade, ou, se se preferir, de fidelidade da memória. Sua pressuposição é a de uma autonomia do conhecimento histórico em relação ao fenômeno menemônico. Tal autonomia se faz, porém, pela valorização e regulação da memória e não por sua anulação.

Ricoeur adota a expressão “operação historiográfica”, proposta por Michel de Certeau, abarcando os seus três momentos: a fase documental, que vai desde a declaração das testemunhas oculares à constituição dos arquivos, com vistas à elaboração da prova documental; a fase explicativa/compreensiva, que se refere à resposta ao por quê de as coisas terem acontecido de uma e não de outra forma; e a fase representativa, que se refere à configuração literária ou escriturária do discurso, da resposta aos por quês.

É na fase escriturária da operação historiográfica que se coloca, em definitivo, a problemática da relação entre história e memória. E Ricoeur pontua essa problemática a partir da retomada do mito platônico do Fedro, onde aparece a questão da invenção da escrita. Em tal mito, o que está em jogo é o destino da memória, pois que a invenção da escrita é posta como uma ameaça à memória verdadeira, à memória autêntica. Ao se entregarem à escrita, ao colocarem sua confiança na escrita, as pessoas estão confiando em algo alheio a si e, deixando de exercitar a memória, vão perdê-la. O não pensamento que vive na escrita faz com que ela expresse tão só e sempre a mesma coisa, resultando numa atrofia da verdadeira memória exercitada.

O interesse maior de Ricoeur por esse mito é a ambigüidade insuperável do *pharmakon* que o deus oferece ao rei: trata-se de um remédio ou de um veneno? “O problema de saber se o *pharmakon* da história-escritura é remédio ou veneno nos acompanhará sempre sigilosamente nesta investigação epistemológica...” (RICOEUR, 2003:182)

Assim oposto à escrita, em que consiste o discurso da verdadeira memória? É um discurso que transmite um conhecimento que se escreve na alma de quem o apreende. Ora, se é assim, a oposição com a escrita não é total, na medida em que os dois modos de discurso são escrita, são inscrições. “Porém, é na alma onde está inscrito o verdadeiro discurso (...) É este parentesco profundo que permite dizer que o discurso escrito é, de alguma forma, imagem de algo que está ‘vivo’ na memória”. (RICOEUR, 2003:188)

Para Ricoeur, a escrita da memória, ao contrário de anulá-la, confere-lhe uma nova inteligibilidade importante, vinculada à delimitação das configurações culturais. A escrita liga-se ao poder de fazer memória e, portanto, amplia as suas capacidades. Trata-se da historicização da memória no plano da hermenêutica das configurações culturais, o que permite ter a memória sob suspeita, por sua vinculação cultural e, ao mesmo tempo,

considerá-la como prova irrefutável de algo que aconteceu no tempo. Por outras palavras, o que está em questão é a problemática da representação do passado, isto é, da presença do ausente em forma de imagem. A esse respeito, a memória continua sendo matriz da história.

O processo de historicização da memória é simétrico do processo pelo qual a história exerce sua função corretiva de verdade em relação à uma memória que exerce continuamente, para com ela, sua função matricial. Relação dialética e dialógica, portanto.

Eis a reciprocidade dessa relação que precisa ser entendida em sua complexidade. No vínculo com o passado é tão necessário o nexo direto da memória, como a ambição de verdade da história. Longe de serem opostos, história e memória são complementares e exercem, uma sobre a outra, uma fecundação recíproca. Por outro lado, longe de se fundirem, a memória é para a história a sua matriz, enquanto a história é para a memória, por seu espírito crítico, a condição de seu exercício regulado. A história deve partir dos testemunhos da memória e seu objetivo deve ser o de instruir e iluminar a memória, desmascarando os falsos testemunhos.

Bibliografia

DOSSE, F. **A história**. São Paulo: EDUSC, 2003.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2004.

MORIN, E. **Ciência com consciência**. Porto: Publicações Europa-América, 1982.

_____. Da necessidade de um pensamento complexo. *In* MACHADO, Juremir (org.). **Para navegar no século XXI**. 3ª ed. Porto Alegre: Editoria Meridional, 2003. p. 13-40

NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**. Nº 10. São Paulo: PUC, 1993. pp. 7-28.

_____. Pour une histoire au second degré. **Le débat**, 2002. p. 24-31.

POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 2, nº 3, 1989. p. 3-15.

RICOEUR, P. **La memoria, la historia, el olvido**. Madrid: Editorial Trotta, 2003.